
Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as lembranças do golpe de 1964, cinquenta anos depois.

André Bonsanto Dias¹

Resumo: Produz o jornalismo algum tipo de história? Se produz, de que forma podemos a definir? Pautado sobretudo pelo signo do efêmero e da atualidade, comumente afirma-se ser o jornalismo uma instituição que consegue produzir um mero “rascunho” da história. Mas, se pensarmos a produção de seu discurso a partir da efeméride, local privilegiado onde o passado se transporta no e pelo presente, podemos inferir algumas considerações particulares. O que pretende este artigo é lançar alguns olhares, ainda que preliminares, à escrita da história produzida pelo jornalismo nestas ocasiões ao analisar como a *Folha de S. Paulo*, em seu especial sobre os 50 anos do golpe de 1964, veio a lembrar o acontecimento em questão.

Palavras-chave: jornalismo; história; memória; *Folha de S. Paulo*; 50 anos do golpe.

Abstract: Does journalism produce any kind of history? If it does, how can we define it? Based on the sign of ephemeral and present time, it is commonly affirmed that journalism is an institution that can produce a simple “draft” of history. But if we think the production of its discourse based upon ephemerides, a privileged position where the past transports itself in and by the present, we can infer some particular considerations. This article intends to highlight, even on a preliminary basis, the writing of history produced by journalism in these occasions, analysing how *Folha de S. Paulo*, in its special edition about the 50 years of the coup of 1964, recalled this event.

Keywords: journalism; history; memory; *Folha de S. Paulo*; 50 years of the coup.

2014. 50 anos do golpe civil militar no Brasil. Pela efeméride, o passado transporta-se ao presente. Na atualidade do instante, buscas pela interpretação de um passado que se torna o agora do acontecimento. Nas narrativas cotidianas da imprensa, os tempos se “curto-circuitam” (Antunes, 2007). As comemorações abrem

¹ Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Foi Analista de Pesquisa da Comissão Nacional da Verdade e é mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2012), onde atuou como professor substituto nos anos de 2012 e 2013. Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (2007) e em História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. E-mail: andrebonsanto@gmail.com

parênteses na esteira incessante da produção dos acontecimentos monstros. (Nora, 1988) Os jornalistas, com a ajuda de testemunhas e especialistas fazem história ou, ao menos, procuram mediá-la à nossa percepção das ocorrências cotidianas.

Como espécies de “rodas de fiar” do mundo moderno, as mídias vêm alterando nossa compreensão do passado e de como relacionamo-nos com o tempo. Desde o advento dos meios de massa, instaurou-se aquilo que Thompson (2014) define como uma “historicidade mediada”. É imperativo afirmar, portanto, que nossa relação com a história e a memória se dá hoje por experiências simbólicas midiáticas que são compartilhadas e nos constituem quase que “por tabela” (Pollak, 1992). “Vitaminas de tempo” fabricadas constantemente no emaranhado de lembranças e relações temporais. (Silvestone, 2002).

Mas, se podemos afirmar com tanta convicção que as mídias são instituições fulcrais no processo de construção e mediação de memórias na contemporaneidade, diríamos com a mesma tranquilidade esta inferência em relação à história? Afinal, o que fabrica o jornalismo quando faz história? Ou, recomeçando: produz o jornalismo algum tipo de história? Se produz, seria uma história “mal feita” (Antunes, 2014), “presentista” e realimentada constantemente pelo signo do efêmero? Poderia o jornalismo - instituição que constrói fatos que estão a acontecer num processo de atualidade permanente - ir além do mero “rascunho” da história?

Voltemos à efeméride. Na amálgama complexa desencadeada pela “comemorativite” (Candau, 2012) dos 50 anos do golpe, uma “meta notícia” publicada pela Folha de S. Paulo incitou-nos algumas reflexões. Após lançar seu suplemento especial sobre a efeméride do golpe, a empresa publicou, no dia 24 de março, a seguinte notícia: “Estudiosos elogiam reportagem sobre os 50 anos do golpe”². A nota, de texto curto e breve, tinha o intuito claro de legitimar o discurso produzido pelo jornal, uma vez que vários dos especialistas “destacaram o equilíbrio dos textos e os recursos de áudio e vídeo.” Há aqui uma aparente preocupação da empresa em atestar seu estatuto de produtor de um discurso histórico, legítimo, aceito e elogiado por seus “pares”. Teria a instituição, portanto, com o aval dos

² Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1429806-estudiosos-elogiam-reportagem-sobre-os-50-anos-do-golpe.shtml Acesso em: 21 set 2014.

historiadores, cientistas políticos e filósofos, o direito de entrar no panteão dos fazedores de história.

Mas não poderia o próprio jornal assumir-se como um lugar legítimo de fala? Qual a importância destes especialistas para garantir sentidos ao passado construído simbolicamente na e pela mídia? O que se pretende aqui é problematizar como podemos definir, ainda que tateando, os processos de uma suposta escrita histórica legitimada pelo jornalismo. Um acontecimento, rememorado pelo presente do jornalismo e seus particulares modos de produção da notícia produz efetivamente o que? E, acima de tudo, como produz?

Para além do rascunho: os fazedores de história e a memória na mídia.

Para ir além do rascunho devemos caminhar por terrenos arenosos e imprecisos. Pensar uma contemporaneidade que, de tão ansiosa por lembrança, receia compulsivamente do esquecimento, quase sofrendo de uma patologia mnemônica. Pela esquizofrenia do tudo lembrar, acaba-se paradoxalmente negando o passado pela constante rememoração e empurrando o presente para o desfiladeiro do esquecimento, em um futuro que nunca se concretiza enquanto tal. Esse cabo de guerra desleal é característico do regime de historicidade dito “presentista”. Segundo o historiador François Hartog (2014), é pela tirania do instante que se deflagra hoje um presente perpétuo e onipresente. Pelo tempo, ator fundamental para entender os processos através dos quais a história se entrecruza, não buscamos mais uma lição a se tirar do passado e muito menos um futuro como promessa.

A imposição de um presente pela narrativa do instante torna o tempo inchado e “hipertrofiado”, valorizado pelo efêmero e pelo imediato. As mídias, catapultas que impulsionam a constituição deste novo regime, comprimem o tempo pela incessante produção de um “ao vivo” a ser consumido. O presente tornou-se o horizonte, mas por mais que se constitua por uma aparente negligência dos processos temporais, “ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro. (Hartog, 2014: 148) No momento em que “se faz presente”, o acontecimento presentista já se produz como histórico, como já passado. Portanto, é de se pensar que todo acontecimento produzido pela mídia já inclui e instaura sua auto

comemoração. A “economia midiática do presente” não cessa, portanto, de produzir e de utilizar o acontecimento. “Volta-se, de algum modo, sobre si próprio para antecipar o olhar que será dirigido para ele, quando terá passado completamente, como se quisesse “prever” o passado, se fazer passado antes mesmo de ter acontecido plenamente como presente.” (Hartog, 2014: 150)³

Construído no dia a dia da produção da notícia, o acontecimento midiático, comentando um mundo que está a ocorrer, é considerado fonte, inclusive, para a produção da narrativa historiográfica. Mas o estatuto comemorativo produzido por este acontecimento no tempo deve ser pensado, no entanto, para além de um mero “rascunho” da história. De acordo com Edy (1999), esta é uma aceção quase *clichê* quando se busca inferir sobre uma aproximação do jornalismo com a história. Mas, de acordo com a autora, pouca atenção tem se dado àqueles que fazem uma “segunda escrita” deste rascunho. Neste aspecto, as comemorações parecem oferecer uma oportunidade para se reexaminar o passado e pensar como a história é comumente construída e revelada à cena pública pela produção jornalística.

Se o acontecimento “presentista” já se inscreve na e pela lembrança, as narrativas deste presente (a se tornar) passado são fundamentais no processo de construção de memórias coletivas. Assim, se tratarmos as mídias como instituições que produzem práticas e formas específicas de memória (Garde-Hansen, 2011) devemos também deslocar nossos olhares às utilizações do passado não apenas na construção, mas na reconstrução do acontecimento que se dá pela lembrança.

O jornalista pode ser, portanto, além de produtor de um rascunho que se torna memória para a história, um importante “fazedor de história” da contemporaneidade. Além de serem “fornecedores de presente” acabam atuando ambivalente e conflituosamente em sua função de agentes de memória. No entanto, apesar de certo estatuto privilegiado que se assegura à instituição jornalística ela parece, à primeira vista, estar em um ambiente pouco adequado para fornecer um rastreamento significativo sobre passado. É o que atesta – e contesta – Barbie Zelizer (2008) ao diagnosticar que, supostamente, o passado parece estar um pouco além dos limites da

³ Para Hartog, o “11 de setembro” leva ao extremo esta lógica do acontecimento contemporâneo produzido pelas mídias, uma vez que, “se deixando ver enquanto se constitui, se historiciza imediatamente e já é em si mesmo sua própria comemoração: sob olho da câmera. Nesse sentido, ele é totalmente presentista.” (Hartog, 2014: 136)

função do jornalista, em decorrência do estatuto de noticiabilidade e atualidade do seu fazer diário. Sob esta pretensa afirmação torna-se difícil, acredita a autora, fugir do *clichê* do “rascunho” da história produzida pelo jornalismo. Desta forma, os trabalhos do jornalismo sobre a memória e a história tendem a ficar relegados a um panorama à margem, tocando o passado apenas de soslaio.

Mas esta é uma relação dinâmica e que reflete caminhos muito mais problemáticos do que os sugeridos pelas noções tradicionais de história. Primeiro porque os jornalistas e suas empresas constroem e rememoram o passado para atender agendas específicas. Daí a importância de se problematizar que parte do passado ou que tipo de expectativa de futuro é trazido aos embates do presente, a partir dessa reconstrução mnemônica. Até porque, quando falamos em comemoração, estamos muitas vezes lidando com uma memória que, pela efeméride, se constrói a partir de circunstâncias bem particulares. Embora as comemorações sejam orientadas por determinado contexto histórico, sua construção será sempre distinta, uma vez que o evento é construído como um ato de lembrança, que se dá sob conjunturas diversas.

Assim, as narrativas históricas construídas e simbolizadas midiaticamente criam uma conexão emocional entre o presente e o passado, sendo esta uma das poucas vezes que a mídia nos encoraja a olhar criticamente para o nosso passado, enviando-o às particularidades do presente e conjecturando expectativas para um futuro. Pois, como bem pontua Hartog (2014: 156), as comemorações “definiram um calendário novo da vida pública, impondo-lhe seus ritmos e seus prazos. Ela se submete e se serve disso, tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas do dia.”

É por este caráter “pedagógico” e simplificador que a escrita histórica midiática é considerada quase sempre como relativista, que abusa da memória e as encaixa no presente, sem maiores problematizações. Tensionada pelo viés comemorativo da lembrança, é comumente impulsionada por um mercado de consumo de notícias sobre o passado, mais do que por um saber especializado. Mas, por mais que presentista, o labor jornalístico não surge, obviamente, de um nada histórico. Pelo contrário, se inscreve sempre sob uma memória sócio-histórica que também é determinante para a compreensão de seus relatos. Assim, Antunes (2014)

acredita que os acontecimentos jornalísticos sempre remetem ao passado para construir suas narrativas, pois estes precisam referenciar o contexto de sua emergência. Há de se distinguir o que é notícia do que é história sem negar sua historicidade. A questão a se pensar é, não obstante, qual a suposta relação entre elas.

Vale, no entanto, frisar novamente. O que nos é caro para o presente estudo não é pensar a produção jornalística pautada estritamente pela notícia. Se é pelo rascunho que partimos nossa problematização de escrita da história do jornalismo e, se afirmamos que sua prática, pela comemoração, vai além da mera inscrição do acontecimento, é porque partilhamos aqui de uma concepção particular para pensarmos a problemática da construção de sentidos de tempo pela produção noticiosa midiática. É a partir daí que devemos colocar entre parênteses a problemática de nossas reflexões.

Sob esta perspectiva, o conceito de “operação midiográfica”, proposto pela historiadora Sônia Maria de Meneses Silva (2011) torna-se central. Segundo a tese da autora, a mídia atua na elaboração tanto de “acontecimentos emblemáticos” quanto na reelaboração de narrativas que, perpassando categorias temporais, operam na fundação de sentidos do acontecimento no tempo. Essa escrita da história particular se daria a partir de uma inscrição do acontecimento na cena pública e na sua constante re-significação na duração, ao realizar constantemente “usos” sobre um determinado passado.

Desta forma, os meios de comunicação atuam simultaneamente como “tecedores de presentes” e importantes “urdidores de passados” da coletividade. Produtor de diversas “versões sobre o passado”, seu trabalho se daria para além do “rascunho” da produção do acontecimento. Assim se desloca a temporalidade do discurso pautado no efêmero da atualidade, uma vez que não é pelo presente, em si, que o discurso se dá. Situado no presente, o jornalismo busca, na evocação do passado, uma referência futura. Na medida em que um acontecimento é constantemente reevocado por uma “memória histórica midiaticizada”, desenrolam-se “jogos de adequações simbólicas” que, mobilizados, também se enviesam a partir, obviamente, de interesses particulares daqueles que os lembram e os elaboram à cena pública. Tessitura sobre o passado, o que essa escrita produz é um diálogo com o futuro, “num interminável esforço de retrospecto e projeção.” (Silva, 2011: 152)

Mas, se a operação midiográfica parte sempre do “rascunho”, do acontecimento inscrito na atualidade do acontecer, alertamos que neste artigo não iremos discutir a construção do “golpe de 1964” nas páginas da *Folha*. Assumindo o risco de “desvirtuar” o conceito, pulamos uma etapa da operação. Pois aqui nos interessa apenas pensar como este se inscreve, pela rememoração, 50 anos depois.⁴ No entanto, ao induzirmos nosso local de fala para o presente da memória, devemos, ao menos, situar quais os sentidos de passado o jornal em questão construiu em sua operação de escrita histórica e em que contexto está sendo lembrado.

Sabe-se hoje que praticamente toda a grande imprensa escrita de nosso país apoiou o golpe que instaurou o regime militar no Brasil em 1964. Concomitantemente, esses mesmos órgãos, outrora apoiadores, assumiram um forte discurso em prol da redemocratização após o esgotamento do regime. A *Folha*, em especial, tornou-se reconhecida nacionalmente como o “jornal das diretas”. Uma vez sob este rótulo, o jornal estaria se definindo, portanto, como o jornal “que não apoiou a ditadura”. Processo complexo, ziguezagueante, pautado sob usos e abusos da memória e que, de certa forma, é sempre pensado a partir de como e o que a empresa pretende fazer ser visto frente ao seu público a partir de um presente específico.

No contexto dos 50 anos, esta mesma imprensa – e aqui nos baseamos ainda que hipoteticamente – pautada sob uma política de memória particular e preocupada politicamente com as reverberações da Comissão Nacional da Verdade, vêm assumindo um discurso cada vez mais copioso e, ao mesmo tempo, apaziguador sobre aqueles idos. Sintoma evidente dos processos de *mea culpa* produzidos por alguns destes órgãos e que repercutiram consideravelmente na ocasião.⁵ Mas aqui não buscamos compreender necessariamente *o quê* o jornal produz como história pela efeméride, mas *como* ele articula as narrativas e as rememora. Pensar o “como” é direcionar, metodologicamente, um olhar para a operação midiográfica já deslocada e inscrita no tempo.

⁴⁴ Uma análise sobre as políticas de memória da *Folha* ao longo do regime podem ser consultadas em Silva (2011) e DIAS (2014a). Vale ressaltar que, aqui, a problematização se dá sobre as comemorações dos 50 anos do golpe, efeméride que os estudos em questão, obviamente, não abarcaram.

⁵ Sobre as políticas de memória destes órgãos da imprensa e o “horizonte de expectativa” das efemérides dos 50 anos, consultar DIAS (2014b)

Entre a memória e a história: a “operação midiográfica” e os 50 anos do “golpe de 1964” no especial da *Folha de S. Paulo*.

O especial “Tudo sobre a ditadura militar” foi publicado pela *Folha* em um caderno de 8 páginas, no dia 23 de março de 2014 e simultaneamente lançado na internet em uma versão ampliada e multimídia a partir de um *hot site* próprio.⁶ Ambas as versões são abertas por um título que brinca com o jogo das palavras e onde, sob um primeiro olhar, estampa-se a seguinte frase: “50 anos depois do golpe de 1964, a ditadura militar ainda incomoda o país”. Como se quisesse revelar apenas o sentido máximo da efeméride, o jornal esconde o discurso pautado no presente da enunciação, que logo se descortina com a leitura atenta de todo o texto:

Às vésperas da 7ª eleição presidencial desde a abertura, os três principais candidatos têm o que contar sobre a ditadura. *50 anos depois do golpe que derrubou Jango em 1964*, o país já foi governado por um professor exilado, FHC, um operário preso na *ditadura militar*, Lula, e uma ex-guerrilha, Dilma. A transição à democracia foi exitosa, mas incapaz de pacificar as controvérsias. Meio século depois, a ditadura *ainda incomoda o país*.⁷

Graficamente camuflado, é possível inferir que os sentidos também podem ser percebidos por este emaranhado de textos, dissimulados nas ocorrências do tempo. A efeméride em si não basta para a escritura jornalística. É preciso que esta evoque lembranças que façam sentido suficiente para parar o presente que escorre e se estampa no jornal de hoje. É preciso que o passado constitua o presente pela atualidade, critério de noticiabilidade fundamental para integrar os sentidos de enunciação do discurso jornalístico.

Assim se apresenta ao leitor como o suplemento envolverá a efeméride: em uma memória discursiva amparada por disjunções temporais que só fazem sentido pela sua articulação no presente. No jornalismo, a máxima de que “toda história é história contemporânea” se dá evidentemente por critérios particulares, uma vez que o “contemporâneo” do jornal nos é revelado pelo “agora” do acontecimento. Quando o suplemento propõe contar “tudo sobre a ditadura” já se

⁶ O site em questão pode ser acessado pelo endereço: folha.com/golpe64

⁷ Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/> Acesso em: 23 set 2014. grifo nosso.

descortinam também caminhos para pensarmos *como* a história será ancorada pela memória em um constante processo de rememoração no e para o presente, pronunciado sob um futuro a se conjecturar.

O caderno é percorrido por uma linha do tempo que cobre “a ditadura ano a ano”, do golpe à abertura. A linda do tempo, com uma ideia de progresso que parte de um começo a um fim inevitável, já nos coloca a primeira hipótese de como essa história pretende ser contada aos seus leitores. Uma história “total” que, revelada, garante sua inteligibilidade pela mera enunciação dos fatos. Relatado pela efeméride, os discursos são ancorados por outras estratégias memorativas que procuram garantir maior legitimidade àquele passado. O site, repleto de imagens, vídeos, (info)gráficos, chamadas e textos dinâmicos, busca ampliar as referências simbólicas memoráveis à escrita histórica que está sendo efetuada pelo jornal.

Pensando justamente nessa ideia de totalidade proposta pela efeméride, vamos focar nosso objeto de análise no site, uma vez que é a partir da ampliação das ferramentas enunciativas que a mídia pode, inclusive, se diferenciar daquela tradicional narrativa historiográfica. O jornalismo online impactou as práticas de reinscrição do acontecimento midiático, ampliando seu referencial simbólico. Pela tecnologia há a possibilidade de se trabalhar com “arquivos vivos” e a democratização da memória, com o advento das tecnologias digitais, ampliou a disponibilização de informações sobre o passado, tornando-os multifacetados. Criam-se assim formas narrativas diferenciadas, que trabalham com um passado praticamente em “tempo real” e que produz “uma espécie de presentificação dos fatos, algumas vezes, inclusive, narrando-os como se estivessem acontecendo na atualidade.” (Palacios, 2010: 47)

O site possui uma narrativa linear mas, a partir de um menu, pode ser acessado por capítulos temáticos, divididos a partir das seguintes sessões: “Introdução”, “A crise”, “A ditadura”, “A economia”, “A abertura” e “O acerto de contas”, que recoloca as discussões às particularidades do presente e o contexto das políticas pautadas pela Comissão Nacional da Verdade. Há ainda uma sessão com alguns artigos pontuais escritos pelos colunistas do jornal e outra que, sob o nome de “E se...” brinca com possibilidades conjecturais acerca dos caminhos da história. No final, arrolam-se as “Fontes e referências” e o “Expediente”, assinado por uma

numerosa equipe, sob a coordenação do editor de “poder” – Ricardo Balthazar.

Para introduzir o contexto do golpe, 50 anos atrás, o jornal busca uma clara articulação com o presente. Descortinando o passado às circunstâncias atuais, sob as quais se acreditava validar a inscrição daquela escrita, constrói-se uma narrativa particular da história que, pela comemoração, dialoga sempre com as possibilidades de um futuro. Vale citar um longo trecho que abre a introdução do site, para melhor nos situarmos:

Em março de 1964, quando tropas do Exército foram às ruas para derrubar o governo do presidente João Goulart, Dilma Rousseff era uma estudante de 16 anos que ainda estava começando a se preocupar com política. Aécio Neves era um menino de quatro anos que gostava de brincar com o avô, o então deputado Tancredo Neves. Eduardo Campos não tinha nascido, mas se lembra até hoje das histórias que seu avô, o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, contava sobre o dia em que foi deposto e levado à prisão pelos militares. No ano em que o golpe de 1964 faz 50 anos, os três se preparam para disputar a sétima eleição presidencial que o Brasil realiza desde a volta dos militares aos quartéis. É um país diferente, que vive há quase três décadas num regime democrático, em que os governantes são escolhidos pela população em eleições regulares e todo mundo é livre para dizer o que pensa sem medo de ser preso por suas opiniões. [...] Os crimes cometidos no período são tratados até hoje como um tabu nas Forças Armadas, que não admitem o fato de que milhares de pessoas foram torturadas e algumas centenas foram mortas por se opor ao regime militar. A ditadura modernizou a economia e teve apoio popular nos seus primeiros anos, mas muitas pessoas só aceitam a contragosto as evidências de que isso ocorreu. Não há consenso no país nem sequer sobre as razões que levaram os militares a depor Jango em 1964.⁸

A estória se inicial em março de 1964, mas é com março de 2014 que está dialogando. Por mais que pontuado por uma efeméride, o passado não deve apenas ser relatado enquanto tal. Efemérides se articulam no e para o presente e, pelo jornalismo, devem aspirar a critérios próprios de noticiabilidade que se pautam sempre pela atualidade e a novidade. As associações do passado com o presente devem, portanto, oferecer pontos de comparação e oportunidades para analogias. A narrativa jornalística usa o passado de modo a envolver-se com o presente, produzindo uma variedade de formas e permitindo que ambos os tempos sejam discutidos e entrecortados numa espécie de transmissão simultânea. (Zelizer, 2008)

Assim vai se buscando a “totalidade” de uma história que, paradoxalmente, em

⁸ Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/index.html> Acesso em: 24 set 2014.

parte foge das possibilidades narrativas do jornal. É por isso que ela não se constitui por si só, mas é constantemente amparada por testemunhos de especialistas que aproximam ainda mais o passado a um presente do relato. Ao longo de toda a narrativa, o texto jornalístico é intercalado por depoimentos de 12 testemunhos e especialistas sobre o tema, que se apresentam para auxiliá-lo na busca de uma interpretação mais fidedigna dos fatos.⁹

Logo ao final da apresentação o jornal nos pergunta: “Por que Jango foi deposto em 1964?” Naquele contexto, havia inúmeras pressões sociais, crises econômicas, greves. Havia o contexto da Guerra Fria, insubordinações, as reformas de base, a “ameaça comunista”. Mas como bem afirmou o jornal, não há um consenso nem sequer sobre as razões que levaram à deflagração do golpe. Cada testemunho possui uma versão particular, são versões conflitantes e contraditórias e a narrativa as quer, aparentemente, assim. Não é papel do jornal chegar a este consenso, muito menos afirmar-se a partir de uma posição. Constrói-se desta forma uma narrativa que pretende tudo explicar ao mesmo tempo em que se escora pela suposta objetividade do discurso jornalístico. De acordo com Eliza Casadei (2010) a utilização de testemunhos autorizados na produção dos relatos jornalísticos tem um estatuto privilegiado na busca por referencialidade, ajudando a legitimar uma suposta “polifonia de vozes”. Apresentando-se como mero coletor de evidências, o jornalista se utiliza da história para invocar lugares de sentido particulares e afirmar seu estatuto referencial que tem como premissa apagar o autor dentro da narrativa, dando o sentido de que o acontecimento se conta praticamente sozinho. Acaba-se assim, ao se utilizar do discurso de um outro, tomando para si a posição de autoridade daquele que fala.

Mas não é conduzido apenas pela interpretação de historiadores que o jornalismo busca sustentar a inteligibilidade de seus relatos. Há também

⁹ Os especialistas e testemunhos que se debruçam ao longo da efeméride para auxiliar o jornal na legitimidade da sua narrativa são os seguintes: Almino Affonso – Ministro do Trabalho no governo Jango; Carlos Heitor Cony – Jornalista e escritor; Célio Borja - ex-presidente da Câmara dos Deputados (1975-1977); Clóvis Rossi – jornalista; Daniel Aarão Reis - historiador e ex-guerrilheiro; Delfim Neto - Ministro da Fazenda (1967-1974) e do Planejamento (1979-1985); Fernando Henrique Cardoso - Ex-presidente da República; Francisco de Oliveira - sociólogo ; Ivan Seixá - ex-presos político; Lício Maciel - Tenente-coronel da reserva; Marcelo Ridenti – sociólogo; Plínio de Arruda Sampaio - Deputado federal em 1964 .

testemunhos que atuam como espécies de “comemoradores” e que dão à estória que se produz na rememoração uma construção mais particular. Como afirma Todorov (2002), a comemoração tem, nas páginas da imprensa, um local privilegiado para se proliferar. Alimentada pelo discurso das testemunhas e dos historiadores, a comemoração não precisa se submeter ao teste da verdade, mas busca ela a todo momento. Se, por um lado, o historiador analisa o passado a partir de uma “verdade” mais impessoal, o comemorador, como uma testemunha, se guia por interesses específicos. Simplificando o conhecimento do passado, o comemorador não fala de si mesmo, mas procura se beneficiar da impessoalidade do historiador para legitimar seu discurso como verdadeiro.

Quando a *Folha* procura ouvir, desde historiadores e sociólogos até ex-ministros, políticos e militares que atuaram ativamente durante a ditadura ela quer, além de ampliar essas vozes de fala, deixar que cada um atente às suas observações particulares. Se para o jornal, “contar tudo” sobre a ditadura tornar-se uma tarefa quase inglória, ao menos se deixa que pelas vozes de outros, conte-se tudo. O jornal, como um oráculo legitimador das lembranças, apenas as seleciona e deixa que estas se concretizem como memórias a se tornar história.

Por mais que conflitantes as versões, a efeméride busca sempre um olhar simplificador. Se apropriando de ambos os discursos o jornal transverte seu local de fala e assume-se, ao mesmo tempo, como um “historiador que comemora”, simplificando versões do passado. Na ocasião da efeméride carrega essas lembranças e acaba por produzir a (sua) história daqueles idos. Mas aqui não precisamos nos ater às falas em si, até porque não nos preocupamos em saber *o quê* o jornal constrói com essas narrativas, mas *como* pretende as tornar legítimas por um discurso que se faz histórico. O conteúdo e o teor dos discursos não nos são caros neste enquadramento da análise.

O que vale observar é que ao se tentar produzir “tudo” sobre a história, a *Folha* conduz um mosaico de versões que ricocheteiam na arena de memórias produzida pela efeméride. Já alertava Silva (2010) durante as comemorações dos 30 e 40 anos do golpe de 1964 nas páginas da *Folha* que este grande amálgama de modelos e arquétipos interpretativos brinca juntamente com essa possibilidade, a de que todas

as idéias e interpretações daquela história fossem possíveis na tentativa de que se pudesse realizar a síntese total e explicativa do acontecimento. O passado, portanto, torna-se uma espécie de totalidade a ser revelada e, quanto mais vezes o procurem desvendar, maior seria a possibilidade de sua captura. Assim, o espaço do jornal acaba por produzir uma espécie de “história midiaticizada” que não é necessariamente nem história nem memória, mas brinca com as duas, na possibilidade de se constituir tanto um lugar de memória como local de produção da história.

Quando o jornal assume-se no discurso há o predomínio de uma narrativa cronológica e linear, como se estivesse trabalhando com uma grande síntese noticiosa. Ao acompanharmos a narrativa da efeméride somos envolvidos por um texto fluído e dinâmico que se otimiza pela utilização constante de outras “âncoras” memoráveis, típicas da produção jornalística. Durante “A crise”, por exemplo, entendemos o que são as reformas de bases propostas por João Goulart a partir de um quadro explicativo e por vídeos governamentais da época que tratavam sobre a reforma agrária. Vemos fotos, que param a narrativa e nos transportam ao passado, situando melhor o discurso para aquilo que efetivamente “ocorria” naqueles idos. Nos entaves e negociações acerca do golpe ouvimos, direto da Casa Branca, os diálogos entre o então presidente Kennedy e Lyndon Johnson sobre uma possível intervenção em nosso país.

Com a tomada dos militares, somos invadidos novamente por uma amálgama de cadeias memorativas: fotos, vídeos, depoimentos que buscam, além de dinamizar a narrativa, garantir maior inteligibilidade aos relatos. A todo o momento as falas dos historiadores e testemunhos voltam a entrecortar a narrativa. É como se, quando o jornal necessitasse de uma opinião mais consolidada sobre os relatos que vai arrolando, colocasse sua narrativa entre parênteses para que esta fosse validada – ou até, por que não, em parte refutada – por vozes legítimas. Assim vai se produzindo não apenas uma narrativa sobre aqueles idos, mas lembrando-nos, leitores, de que há ali pessoas autorizadas a assumir um local de fala desta história particular produzida pelo jornal. É assim que, linearmente, vai se construindo a história da efeméride, ao longo dos capítulos. Percorrer sua totalidade pela narrativa pode soar exaustivo para a análise, uma vez que precisávamos apenas, dentro de nossas pretensões, situar

aquilo que o jornal pretendia passar como seu modo particular de produzir um relato histórico.

Como um discurso que se constitui no e pelo presente e que, como bem frisamos, busca sempre critérios de noticiabilidade e de atualidade, a efeméride volta às problematizações atuais como forma de garantir um maior sentido às narrativas daquele passado. “O acerto de contas”, capítulo final da estória construída pelo jornal, busca nos envolver às problematizações que pautam a comemoração em seu contexto de produção. É preciso ficar claro porque, 50 anos depois, este passado ainda consegue pontuar de forma tão significativa debates considerados dignos de serem noticiados pelo jornal. É preciso “voltar para o hoje” e, encharcando o presente pelas considerações do passado, entender os processos e (des)caminhos de uma possível conciliação nacional que são atualmente articulados pelas políticas da Comissão Nacional da Verdade. Pois, como afirma Hartog (2014: 183) ao discutir a ideia dos “lugares de memórias” de seu conterrâneo Pierre Nora, a tentativa é a de se ir “exatamente do presente ao presente, para interrogar o momento presente.”

Fechando um círculo que escava o passado, articulando possibilidades futuras para retornar ao incerto terreno do presente, a efeméride se encerra da forma que começou. Ao final, o jornal propõe que, novamente, todos os 12 “comemoradores” que iniciaram a discussão, finalizem com seus depoimentos.¹⁰ “Memórias de 1964 e as reflexões sobre o presente” volta a ancorar o sentido de verdade (im) pessoal proposto pelo ato de rememorar das falas autorizadas. Com a ajuda de seus comemoradores constrói-se uma versão que, sob os moldes da escrita jornalística, vai além do mero rascunho da notícia.

Embora esta escrita jornalística não esteja condicionada aos rigores supostamente científicos da produção historiográfica, o jornal pretende ao menos se portar como um possível articulador de narrativas legítimas sobre o passado. O jornalismo, obviamente, pauta-se sobre lugares de produção específicos e não compete com a história neste sentido. Mas, ainda assim, há uma sessão específica no site para arrolar as fontes e referências utilizadas para a construção desta história. Ao todo, foram consultados 13 livros, além de realizadas entrevistas com dezenas de

¹⁰ Com exceção do jornalista Clóvis Rossi, que é substituído pelo General da reserva Nilton Cerqueira.

peças que contribuíram com “informações e sugestões” para o trabalho. Estratégia que, comumente, não é utilizada para a confecção dos relatos no dia a dia da notícia. O momento da efeméride é, portanto, um local específico onde se articulam, pela escrita jornalística, história e memória.

Por mais que esta escrita não seja, evidentemente, o produto central nos processos de produção das mídias noticiosas, não devemos negligenciar a possibilidade que estas narrativas possuem de influenciar significativamente nossa compreensão do passado. O jornalismo pode atuar como um papel importante na negociação e resignificação de sentidos do passado no presente. Com uma espécie de linguagem “supra-histórica” efetivada a partir de uma “bricolagem de vários campos e personagens” (Silva, 2010) esta narrativa foi muitas vezes vista sob ameaça pelos historiadores profissionais. Mas é justamente por isso que, acredita Ferreira (2012) esses discursos de campos conflitantes precisam buscar, na medida do possível, sua complementaridade. Só assim melhor entenderemos como as demandas sociais estão diretamente relacionadas à história que se constrói e rememora no tempo presente. Hoje as mídias são muitas vezes consideradas mais “invasivas” e influentes do que as próprias instituições tradicionais que proferem discursos hegemônicos sobre a história, como a historiografia e os museus, por exemplo. E o papel de construção e transmissão desses discursos na duração não deve ser visto como detenção exclusiva dos historiadores de profissão. Há também aqueles que a fazem mesmo sem a suposta pretensão de o serem.

Referências

ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes**: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais diários impressos. Tese de Doutorado em Comunicação. Salvador-BA: UFBA, 2007.

_____; O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, Bruno Souza (Orgs.) et al. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e Reconstrução do Passado**: os fatos históricos nas notícias de hoje. Dissertação de mestrado em Comunicação. São Paulo-SP: USP, 2010.

DIAS, André Bonsanto. O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. Jundiaí: Paco Editorial, 2014a.

_____. A “revolução” não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe. Revista Brasileira de História da Mídia. vol.3, n.2, jul/dez, 2014b.

EDY, Jill. Journalistic Uses of Collective Memory. **Journal of Communication** 49 (2): 71–85, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e historia do tempo presente. In: VARELLA, Flavia. et al. (Orgs.) **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GARDE-HANSEN, Joanne. **Media and memory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. **Matrizes**. São Paulo. Ano 4 – n° 1 jul./dez. 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. Os vendedores de passados: a escrita da história como produto da mídia. **Tempos Históricos** , vol. 14, 2º sem, 2010.

_____; **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964. Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 2011

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

ZELIZER, Barbie. Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. **Memory Studies**. 1 (1): 79-87, 2008.